

# PORTARIA Nº 48, DE 24 DE MAIO DE 2016

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DOU de 25/05/2016 (nº 99, Seção 1, pág. 1)

Altera o artigo 2º da Portaria MPA nº 204 de 28 de junho de 2012.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, do Anexo I, do Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Interministerial MPA/Mapa nº 7 de 8 de maio de 2013 e na Portaria MPA nº 204, de 28 de junho de 2012 e

considerando a possibilidade de customização do delineamento amostral do Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves - PNCMB por áreas ou regiões de cultivo ou extração em conformidade com o § 2º do art. 2º da Portaria MPA nº 204, de 28 de junho de 2012; e

considerando que a gestão do risco de floração de algas potencialmente produtoras de biotoxinas marinhas deve levar em consideração que os fatores geográficos, meteorológicos, oceanográficos, bem como os impactos da ocupação humana na região litorânea possuem características diferenciadas nas regiões norte e nordeste do País, resolve:

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria MPA nº 204, de 28 de junho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A periodicidade mínima de coleta de amostras de moluscos e de água marinha será:

I - definida em cada área de extração ou cultivo das regiões norte e nordeste a partir de critérios estabelecidos pela autoridade sanitária federal responsável pela recepção de matéria-prima de moluscos bivalves destinada ao consumo humano;

II - quinzenal em cada área de extração ou cultivo nas demais Unidades da Federação.

§ 1º - A observação de incremento significativo das populações de microalgas produtoras de toxinas, associada a condições oceanográficas favoráveis ao seu desenvolvimento, implica o aumento da frequência de coleta de moluscos e água, para o monitoramento de biotoxinas e microalgas, a ser definida em cada área de extração ou cultivo pela autoridade sanitária federal responsável pela recepção de matéria-prima de moluscos bivalves destinada ao consumo humano.

§ 2º - A periodicidade mínima de coleta de amostras de moluscos e água poderá ser alterada desde que tecnicamente fundamentada e previamente autorizada pela autoridade sanitária federal responsável pela recepção de matéria-prima de moluscos bivalves destinada ao consumo humano.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL